

## ÍNDICE

Prefácio da 4. <sup>a</sup> edição .....	11
Prefácio da 3. <sup>a</sup> edição .....	13
Prefácio da 2. <sup>a</sup> edição .....	15 a 17
Prefácio da 1. <sup>a</sup> edição .....	19 a 23

### CAPÍTULO I

#### O Conceito de Direito. Que é o Direito?

##### A) O Direito objectivo

1. Normas de conduta; noção geral. 2. As normas jurídicas e seus caracteres; o *direito objectivo*. 3. O Direito e a Moral. 4. Direito Positivo e Direito Natural. 5. A Justiça e a Equidade. 6. Classificação das normas jurídicas. 7. A ciência do direito; os princípios ou dogmas jurídicos; disposições e instituições jurídicas; institutos jurídicos; a Ordem jurídica. .... 25 a 27

##### B) O Direito subjectivo

8. Conceito e natureza do direito subjectivo. 9. O direito subjectivo e as qualidades ou posições jurídicas da pessoa. 10. As faculdades jurídicas e os *direitos potestativos*. 11. Classificações dos direitos subjectivos: *a) direitos subjectivos públicos e privados; b) direitos absolutos e relativos; c) direitos pessoais e patrimoniais; d) direitos de personalidade e direitos sobre coisas imateriais; e) direitos transmissíveis e intranmissíveis*. 12. A classificação legal dos direitos do Código Civil. 13. Conceito de património. .... 58 a 80

### CAPÍTULO II

#### As Fontes de Direito. Como nasce o Direito?

14. Noções gerais. 15. A) — *A Lei*; seu conceito; lei em sentido material e em sentido formal. Diplomas legislativos: a lei propriamente

dita e outros diplomas. 16. Formação da lei; sua promulgação e publicação. 17. Entrada em vigor da lei; ignorância da lei e <i>erro de direito</i> . 18. Termo de vigência da lei. 19. B) — <i>O Costume</i> ; seu conceito; os elementos ou requisitos do costume e fundamento da sua obrigatoriedade. 20. Prova do costume: costume e usos. 21. C) — <i>A Doutrina</i> e a <i>Jurisprudência</i> ; seu valor como fontes. 22. O <i>Código Civil</i> português; fontes anteriores. 23. Noção histórica da sua elaboração. 24. Fontes do <i>Código Civil</i> . 25. Plano sistemático dele e sua crítica. 26. Ideia geral do movimento legislativo posterior que alterou o <i>Código Civil</i> , particularmente desde 1910 até aos nossos dias. ....	81 a 133
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------

### CAPÍTULO III

#### Da aplicação e esfera de acção do direito

27. Noções gerais. 28. 1) Verificação da existência e validade das leis ou normas. A constitucionalidade <i>formal</i> e a constitucionalidade <i>substancial</i> das leis. O art. 123.º da Constituição de 1933.	135 a 140
29. II) A interpretação das leis; conceito e objecto da interpretação; o sentido da lei ( <i>mens legis</i> ). 30. Espécies de interpretação: <i>autêntica</i> e <i>doutrinal</i> . 31. Os elementos da interpretação doutrinal: o <i>gramatical</i> e o <i>lógico</i> . 32. Análise do elemento lógico; a) o elemento <i>racional</i> ; b) o <i>sistemático</i> ; c) o <i>histórico</i> . 33. Os <i>trabalhos preparatórios</i> . 34. Resultados da interpretação das leis: a) interpretação <i>declarativa</i> (lata e estrita); b) <i>extensiva</i> ; e c) <i>restritiva</i> . 35. Interpretação <i>enunciativa</i> ; argumento <i>a contrario sensu</i> ; interpretação <i>revogatória</i> .	140 a 161
36. III) A integração das lacunas da lei; conceito. 37. A <i>analogia</i> e os <i>princípios de direito natural</i> ; o art. 16.º do <i>Código civil</i> . 38. Os métodos de interpretação e integração de lacunas: <i>método exegético</i> ; <i>jurisprudência de interesses</i> , <i>método do direito livre</i> ; métodos <i>positivo</i> e <i>histórico-evolutivo</i> ; sua crítica.	161 a 193
39. IV) Limites da aplicação do direito no tempo. A <i>nãoretroactividade</i> das leis. 40. Teorias que procuram resolver este problema e sua crítica. 41. Teoria preferida.	193 a 215
42. V) Limites da aplicação da lei no espaço. Conceito de <i>direito internacional privado</i> . ....	215 a 228

### CAPÍTULO IV

#### Da relação jurídica e seus elementos

43. Noções gerais: conceito de relação jurídica e dos seus elementos. ....	229 a 248
----------------------------------------------------------------------------	-----------

## DIVISÃO I

## O sujeito de direito

44. A personalidade jurídica; o conceito de pessoa. Pessoas *singulares e colectivas*. Capacidade de gozo e de exercício. .... 249 a 253
- A) *Pessoas singulares*. 45. Começo e termo da personalidade. Requisitos do nascimento. Protecção da lei aos nascituros. 46. Estado e capacidade civil das pessoas e sua modificação consoante a nacionalidade e a posição dentro da família (*status civitatis* e *status familiae*). 47. *Status civitatis*; condição jurídica dos cidadãos e dos estrangeiros. 48. Como se adquire e se perde a qualidade de cidadão português. 49. *Status familiae*: a posição do indivíduo na família; o parentesco por consaguinidade e afinidade. 50. Relações entre a pessoa e um determinado lugar; o *domicílio* e suas espécies (geral e especial, voluntário e legal); como se determina. 51. A *ausência*; conceito e espécies. Noções gerais. 52. A *ausência presumida* e seus efeitos: a *curadoria provisória*. 53. A *ausência declarada* e seus efeitos: a *curadoria definitiva*. 54. A *presunção de morte* e seus efeitos. 55. Factos e condições que influem na capacidade jurídica da pessoa: o sexo, a idade, a saúde, as condenações penais e a falência dos comerciantes. 56. O Registo do estado civil. Noções gerais. ... 253 a 320
- B) *Pessoas colectivas*. 57. Conceito de personalidade colectiva e sua justificação. 58. Divisões doutrinárias das pessoas colectivas: a) pessoas colectivas de direito público e privado b) *corporações e fundações*. 59. Outras divisões: c) pessoas colectivas civis e eclesásticas; d) nacionais e estrangeiras. 60. Classificação doutrinária das pessoas colectivas de direito privado. 61. Classificação legal das pessoas colectivas: de *utilidade pública*, de *utilidade pública* e *particular conjuntamente* e de *simple utilidade particular*. Perpétuas e temporárias. 62. Corporações e instituições que não são pessoas colectivas. 63. Elementos constitutivos das pessoas colectivas para poderem existir. 64. Princípio da sua existência. 65. Capacidade das pessoas colectivas e seus limites. 66. Fim da sua existência e destino do seu património. .... 320 a 387

## DIVISÃO II

## O Objecto da Relação Jurídica

67. Noções gerais: impossibilidade duma teoria geral dos direitos no ponto de vista do *objecto*. 68. — As *coisas* como objecto, não de relações jurídicas, mas dos direitos; conceito de coisa. 69. — Conceito de património; coisas corpóreas e incorpóreas: direitos-coisas e bens imateriais. 70. — Divisões das coisas: *in patrimonio* e *extra-patrimonium*, ou comerciáveis e incomerciáveis. .... 390 a 399
- A) 71. — Das coisas comerciáveis *segundo as suas qualidades*: coisas móveis e imóveis; direitos mobiliários e imobiliários. 72. — Coisas

fungíveis e não fungíveis. 73 — Coisas consumíveis e não consumíveis. 74. — Coisas divisíveis e indivisíveis. ....	399 a 431
B) 75. — Das coisas comerciáveis <i>nas suas relações de umas com outras</i> . 76. — Coisas simples e compostas: <i>universalidades</i> de facto e de direito. 77. — Coisas principais e acessórias. 78. — Dos frutos e suas divisões. ....	431 a 459
C) 79. — Das coisas in comerciáveis e suas espécies: <i>res communes omnium</i> , públicas e comuns. 80. — Das coisas <i>communes omnium</i> . 81. — Das coisas públicas. O domínio público: bens dominiais e patrimoniais do Estado. 82. — As coisas dominiais ou do domínio público: a) estradas; b) domínio marítimo e aéreo; c) águas públicas e domínio fluvial; d) domínio artístico. 83. — Coisas incommensuráveis com regime especial: cemitérios e jazigos. ....	459 a 498

### DIVISÃO III

#### Os factos, origem das relações jurídicas.

##### Os factos jurídicos

84. <i>Noções gerais</i> : impossibilidade duma teoria geral do facto «jurídico» como origem dos direitos e suas modificações. 85. — Classificação dos <i>factos jurídicos</i> . 86. — Os <i>actos e negócios jurídicos</i> em geral; seu conceito e sua classificação. 87. — Efeitos dos actos jurídicos: aquisição e perda dos direitos. 88. — Elementos constitutivos dos actos e negócios jurídicos. 89. — Os actos e negócios jurídicos e o <i>tempo</i> . 90. — Condições para que haja um negócio jurídico perfeito: <i>vontade, conteúdo e eficácia</i> . ....	500 a 548
A) 91. — <i>A vontade e sua manifestação</i> ; noções gerais. 92. — Capacidade legal e natural das partes. 93. — Modos de manifestação da vontade. 94. — O silêncio como manifestação da vontade. 95. — Ausência da vontade. 96. — Relações entre a vontade e a sua declaração. 97. — Brincadeira e reserva mental. 98. — Simulação. 99. — Casos de divergência não voluntária entre a vontade e a declaração: desinteligência das partes e vícios. 100. — O <i>erro</i> ; erro-obstáculo e erro-vício; de direito e de facto. 101. — O <i>dolo</i> . 102. — A <i>violência</i> . 103. — A representação; conceito. 104. — Poderes de representação e representação sem poderes. ....	548 a 658
B) 105. — O <i>conteúdo dos negócios jurídicos</i> e a interpretação da vontade; noções gerais. 106. — A <i>causa</i> . 107. — Limitações do conteúdo dos negócios jurídicos e conteúdos desfeitos: actos contra a lei e contra a moral. 108. — Elementos modificadores dos conteúdos: condições, termo e modo. 109. — As <i>condições</i> . 110. — O <i>termo</i> . 111. — O <i>modo</i> . 112. — A <i>pressuposição</i> . ....	658 a 706
C) 113. — <i>A eficácia ou ineficácia dos negócios jurídicos</i> ; noções gerais. 114. — <i>Negócios nulos e anuláveis</i> . <i>Redução e conversão deles</i> . 115. — <i>Negócios simplesmente impugnáveis</i> . 116. — Registo dos negócios jurídicos e seus efeitos. ....	706 a 728

- D) 117. — A *prescrição extintiva*; noções gerais. 118. — A *perempção* ou *caducidade dos direitos*..... 729 a 744

DIVISÃO IV

**Da defesa dos direitos  
como garantia das relações jurídicas**

119. A) — *Noções gerais*: conceitos de defesa, violação e exercício dos direitos. 120 — Exercício dos direitos e seus limites. 121 — A violação do direito e a responsabilidade: responsabilidade com base na *culpa* e *responsabilidade objectiva*. 122 — A defesa dos direitos: defesa privada e defesa judiciária; preventiva e repressiva..... 745 a 784
123. B) — *A defesa judiciária dos direitos*: das acções e suas espécies. 124 — Das excepções..... 785 a 795
125. C) — *A prova*: considerações gerais. 126 — O princípio da liberdade da prova e suas restrições. 127 — Os diferentes meios de prova: 1.º *Da confissão das partes*. 128 — 2.º *Das vistorias e exames*. 129 — 3.º *Da prova documental*; documentos autênticos e particulares. 130 — 4.º *Da prova testemunhal*. 131 — 5.º *Das presunções*. 132 — 6.º *Do juramento*..... 795 a 811
133. D) — *A sentença* e o *caso julgado*; considerações gerais. .... 818 a 831